

Ex-presidente do BC acha que País deve pagar toda a dívida externa

JÓ GALAZI

Especial para o CORREIO

Rio — O desconto no valor da maior parte da dívida externa brasileira, proposto pelos governos dos países desenvolvidos — que apadrinharam operações desse tipo para grandes devedores, como o México —, não é bom para o Brasil. O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, um dos artífices da política de endividamento externo seguida pelo País na década de 70, defende o pagamento integral dos compromissos, para preservar o futuro do Brasil no mercado financeiro internacional.

Sua proposta é antiga, mas sobrevive ao entusiasmo das autoridades brasileiras, animadas com a possibilidade de extinguir um percentual do débito, com a retomada imediata dos pagamentos relativos à parcela que sobrar. Paulo Lira, entretanto, acha que, agora, o Brasil não deve pagar nada, a não ser um pedaço específico do endividamento, capitalizando (ou seja, incorporando ao principal) o que for ficando em atraso, durante um certo período. A vantagem seria escapar à pressão exercida por tais compromissos neste momento, e que significam uma conta alta: no último ano, o Brasil teria de pagar juros no valor de 11 bilhões de dólares, mas, como sempre quitou uma parte, acumula atrasos de cerca de 6 bilhões de dólares.

Lira refez os cálculos e descobriu que a modificação principal se refere ao prazo de capitalização, que passaria de cinco para sete anos, e o de pagamento efetivo da dívida de 20 para 23 anos. Ele trabalhou com duas hipóteses: uma contemplando um crescimento modesto de Produto Interno Bruto (PIB)

(começando com 3 por cento e estabilizando-se em 6 por cento, do quarto ano em diante), outra, apontando para um percentual de expansão mais favorável (iniciando com 3 por cento, mas pulando imediatamente para 5 por cento depois 7 por cento, e por fim, 8 por cento nos períodos subsequentes).

A parte da dívida que entra na sua proposta engloba os débitos contraídos junto aos bancos comerciais, aos bancos do mesmo tipo, para financiamento de importações brasileiras, e ao Clube de Paris — ou seja, dívidas com governos. A soma chega a 82,6 bilhões de dólares, incluindo os atrasos até o final do último ano, no valor de 6 bilhões de dólares. Fora da proposta aparece um total de 23 bilhões de dólares, relativos a bônus captados no exterior, financiamentos de importações por entidades privadas não-financeiras, empréstimos de

agências governamentais (inclusive Clube de Paris) e empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de agências Multilaterais, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Um dos pontos nevrálgicos na discussão sobre a dívida — as taxas de juros, que às vezes sobem abruptamente, elevando os encargos do País — pode ser facilmente resolvido, assinalou. Basta admitir que a taxa seja flutuante (a **LIBOR** é geralmente a usada, e hoje se situa em 8,5 por cento), mas com a salvaguarda de se poder mudar o prazo de capitalização e da amortização, para mais ou para menos, cada vez que ela subir ou cair mais que 1,5 por cento em relação ao nível atual. O **Spread** seria o mesmo do México (1 por cento).